

LEI Nº 3615, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

***“Estima a receita e fixa a despesa do
Município de Arvorezinha para o
exercício financeiro de 2023.”***

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARVOREZINHA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em 56.258.500,00 (Cinquenta e seis milhões duzentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

Art. 3º - A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	24.468.126,35	35.423.847,65	59.891.974,00
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	3.492.776,35	2.009.397,65	5.502.174,00
Receita de Contribuições	0,00	1.623.500,00	1.623.500,00
Receita Patrimonial	630.000,00	4.083.200,00	4.713.200,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.300,00	208.200,00	217.500,00
Transferências Correntes	20.123.250,00	27.194.550,00	47.317.800,00
Outras Receitas Correntes	212.800,00	305.000,00	517.800,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00	859.200,00	859.200,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	580.000,00	580.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	239.000,00	239.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	40.200,00	40.200,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	2.327.000,00	2.327.000,00
Receita de Contribuições Intraorçamentárias	0,00	2.327.000,00	2.327.000,00

Outras Receitas Correntes – Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
9 – DEDUÇÕES DA RECEITA	89.826,35	6.729.847,65	6.819.674,00
Receita tributária	89.826,35	42.847,65	132.674,00
Formação do FUNDEB	0,00	6.687.000,00	6.687.000,00
TOTAL	24.378.300,00	31.880.200,00	56.258.500,00

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em 56.258.500,00 (Cinquenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais), sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 35.650.080,00 (Trinta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta mil e oitenta reais);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 20.608.420,00 (Vinte milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e vinte reais).

Art. 5º - A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
3. DESPESAS CORRENTES	19.963.300,00	25.664.741,60	45.628.041,60
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.933.700,00	13.436.472,96	21.370.172,96
3.1 - Pessoal e Encargos Social Operações Intraorç.	979.600,00	1.347.500,00	2.327.100,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	411.000,00	0,00	411.000,00

3.3 - Outras Despesas Correntes	10.639.000,00	10.880.768,64	21.519.768,64
4. DESPESAS DE CAPITAL	3.926.367,00	2.787.458,40	6.713.825,40
4.1 – Investimentos	3.286.367,00	2.787.458,40	6.073.825,40
4.1 – Investimentos – Op. Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
4.2 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
4.2 – Inversões Financeiras – Op. Intraorçamentárias.	0,00	0,00	0,00
4.3 – Amortização da Dívida	620.000,00	0,00	620.000,00
4.3 – Amortização da Dívida – Op. Intraorçamentárias.	20.000,00	0,00	20.000,00
9.9 - Reserva de Contingência	488.633,00	0,00	488.633,00
9.9 – Reserva de Contingência do RPPS	0,00	3.428.000,00	3.428.000,00
TOTAL	24.378.300,00	31.880.200,00	56.258.500,00

Art. 6º - Integram esta Lei, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 3.598/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º - Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 8% da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos proveniente de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingência, observado o disposto no art.10 da Lei Municipal Nº 3.598/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023;

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 8 % de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

Parágrafo único. As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

Art. 8º - Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados a atender:

I — Insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — Despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III – Despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado;

IV – Alteração de dotações orçamentárias realizadas dentro do mesmo projeto ou atividade;

V – Incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, bem como o que for gerado em 2023 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;

VI - Excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

VII – Para atender despesas vinculadas aos Recursos da Educação e da Saúde, indistintamente.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º - A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens ficam limitadas aos efetivos recursos assegurados, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023.

Art. 10 - Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11 - O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12 – Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado

nominal previsto no demonstrativo referidos no inciso do artigo 1º, Parágrafo Único, I, “a”, da Lei Municipal nº 3598/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 1º e 2º da referida Lei.

Parágrafo único. Para efeito de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado pela metodologia acima da linha e, o resultado nominal apurado pela metodologia abaixo da linha, conforme Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, 13ª Edição/2023 serão comparados com as metas nos termos do caput deste artigo.

Art. 13. O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARVOREZINHA, aos 20 dias do mês de dezembro de 2022.

JAIME TALIELTI BORSATTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

TALITA MARIN GANDOLFI
Secretária Municipal de Administração, Finanças,
Planejamento e Desenvolvimento Econômico.